

Por Antonio Penteado Mendonça



As chuvas torrenciais que destruíram parte da cidade de Petrópolis foram as mais fortes da história, mas não se pode dizer que eram inesperadas. Não eram, com não são as chuvas que caem todos os verões em São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina. Entra ano, sai ano, o retrato se repete com mudança na ordem de entrada, na violência das tempestades, no tamanho dos danos, mas, grosso modo, sempre o mesmo e sempre com os mesmos resultados. Uma trilha de destruição causada pela enxurrada, pelo deslizamento de morros e pelo desmoronamento de prédios.

O fenômeno não tem nada de inédito. Me lembro, eu criança, ouvindo sobre as enchentes no sul de Santa Catarina, a serra que desceu sobre Caraguatatuba, o Monte Serrat desmoronando em Santos e as chuvas que destruíram Petrópolis. Daí pra frente, não me recordo de verão sem alguma destruição causada pelas tempestades que assolam o Brasil nesta época do ano.

O duro é que vai continuar se repetindo, variando apenas os locais mais atingidos, mas com um fato novo: a violência das tempestades está crescendo de intensidade, em consequência das mudanças climáticas que alteram a rotina do planeta. Os fenômenos estão mais violentos e sua frequência tem aumentado, causando danos inéditos a populações as mais variadas, nos mais distantes cantos da terra.

Os fenômenos naturais no ano passado causaram, ao redor do mundo, danos de mais de duzentos e cinquenta bilhões de dólares, dos quais mais ou menos cento e vinte bilhões foram indenizados pelas companhias de seguros, principalmente em decorrência dos sinistros acontecidos nos Estados Unidos, China e Alemanha.

O Brasil está entre as nações onde as indenizações de seguros para esses tipos de eventos são insignificantes. O problema é que, do outro lado, a ONU coloca o país entre os dez mais atingidos por fenômenos de origem climática.

As razões para isso são conhecidas e a primeira e mais importante é que o país contrata, historicamente, poucos seguros de maneira geral e para esses riscos em particular. Para explicar isso entram em cena a péssima distribuição de renda e a falta de tradição em contratar seguros.

Como metade da população ganha ao redor de um salário-mínimo mensal, não há como se falar em contratarem seguros. E os que poderiam contratar, em sua grande maioria, não sabem que os seguros existem.

O drama ganha uma dimensão mais triste pelo fato de que os moradores das áreas mais atingidas são justamente os mais pobres, que se instalam nelas por falta de opção.

Aqui cabe falar no descaso das autoridades, que é vergonhoso e tem consequências dramáticas

porque aumenta o risco dos que estão instalados nas áreas mais vulneráveis, algumas das quais, tanto faz o ano, acabam sempre atingidas.

De qualquer forma, não é mais possível adiar. O país precisa repensar suas medidas de proteção, desde a interdição de determinadas áreas até o desenvolvimento de novos tipos de seguros, desenhados para fazer frente à realidade nacional.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 21.02.2022.